

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/85	21/2026	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DJ - DAAJ - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Assunto: Ratificação - Emissão de parecer favorável para manutenção do Estatuto de Utilidade Pública do Instituto de História e Artes Cristãs

I. CONSIDERANDO QUE:

1. O Instituto de História e Artes Cristãs (doravante IHAC), fundado a 25 de janeiro de 2001 e com sede na Faculdade de Teologia de Braga, na Rua de Santa Margarida, na freguesia de S. Vítor, na cidade de Braga, veio solicitar a emissão de parecer fundamentado desta Câmara Municipal, que lhe permita confirmar a manutenção do estatuto de utilidade pública, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 8.º da Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, devidamente instruído, com fundamento no seu "inegável valor histórico" e tendo como "objetivo fundamental a preservação, conservação, restauro, estudo e promoção dos valores históricos, arqueológicos e artísticos, dando preferência aos que estão ligados Cristianismo, na área da Arquidiocese de Braga ou com ela relacionados."

2. O enquadramento da pretensão no disposto no artigo 4.º da referida Lei Quadro do Estatuto de Utilidade Pública;

II. ENQUADRAMENTO LEGAL

Atento no artigo 4.º da Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, que aprova a Lei-Quadro do Estatuto de Utilidade Pública, estabelece-se por fins de utilidade pública os seguintes:

"1 - O estatuto de utilidade pública pode ser atribuído às pessoas coletivas que prossigam fins de interesse geral, regional ou local e que cooperem, nesse âmbito, com a administração central, regional ou local."



2 - Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se fins relevantes para atribuição do estatuto de utilidade pública:

a) Aqueles que se traduzam no benefício da sociedade em geral, ou de uma ou mais categorias de pessoas distintas dos seus associados, fundadores ou cooperadores, ou de pessoas com eles relacionadas, e que se compreendam em algum dos setores referidos no número seguinte; ou

*b) No caso das **associações** e das cooperativas:*

i) Aqueles que se traduzam primariamente, mas não exclusivamente, no benefício dos seus associados ou cooperadores, desde que estejam compreendidos em algum dos setores referidos no número seguinte e se o número mínimo de associados ou de cooperadores determinado no artigo 7.º se encontrar verificado;

ii) Aqueles que se traduzam no benefício dos seus associados ou cooperadores, quando estes sejam pessoas coletivas, e desde que a atividade dos seus associados ou cooperadores esteja compreendida em algum dos setores referidos no número seguinte.

3 - As pessoas coletivas com estatuto de utilidade pública, na prossecução dos seus fins, devem atuar em algum dos seguintes setores:

a) Histórico, artístico ou cultural;

b) Desporto;

c) Desenvolvimento local;

d) Solidariedade social;

e) Ensino ou educação;

f) Cidadania, igualdade e não discriminação, defesa dos direitos humanos ou apoio humanitário;

g) Juventude;

h) Cooperação para o desenvolvimento e educação para o desenvolvimento;

i) Saúde;

j) Proteção de pessoas e bens, designadamente o socorro de feridos, doentes ou náufragos, e extinção de incêndios;

k) Investigação científica, divulgação científica ou desenvolvimento tecnológico;

l) Empreendedorismo, inovação ou desenvolvimento económico e social;

m) Emprego ou proteção da profissão;

n) Ambiente, património natural e qualidade de vida;

o) Bem-estar animal;

p) Habitação e urbanismo;

q) Proteção do consumidor;



r) *Proteção de crianças, jovens, idosos ou outras pessoas em situação de vulnerabilidade, física, psicológica, social ou económica;*

s) *Políticas de família.*

4 - *O estatuto de utilidade pública não pode ser atribuído a pessoas coletivas que, na prossecução dos seus fins, atuem predominantemente, ainda que não de forma exclusiva, em algum dos seguintes setores:*

a) *Político-partidário, incluindo associações e movimentos políticos;*

b) *Sindical;*

c) *Religioso, de culto ou de crença, incluindo a divulgação de doutrinas e filosofias de vida.’
(negrito nosso)*

Ademais, segundo o artigo 6.º da Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, o estatuto de utilidade pública pode ser atribuído a pessoas coletivas que revistam uma das seguintes formas jurídicas:

- Associações constituídas segundo o direito privado;
- Fundações constituídas segundo o direito privado;
- Cooperativas.

III. FUNDAMENTAÇÃO

1. O estatuto de utilidade pública só pode ser atribuído às pessoas coletivas que prossigam fins de interesse geral, regional ou local, e que cooperem nesse âmbito com a administração central, regional ou local;
2. O estatuto de utilidade pública visa incentivar o associativismo, dotando-o de alguns meios para a valorização e expansão da sua atividade, e é atribuído, caso a caso, a pedido do interessado, desde que se verifiquem, cumulativamente os requisitos previstos no n.º 1, do artigo 8.º da referida lei;
3. O IHAC, fundado a 25 de janeiro de 2001 e com sede na Faculdade de Teologia de Braga, sita na Rua de Santa Margarida, na freguesia de S. Vítor, deste concelho, apresenta-se como uma fundação sem fins lucrativos, constituída segundo o direito privado, conforme resulta dos estatutos da mesma;
4. Pelo Departamento de **Cultura e Turismo**, foi informado o seguinte:

«- A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga assenta na promoção, salvaguarda e dinamização do património material e imaterial da cidade, integrando práticas artísticas, tradições religiosas, formação de público e mediação cultural, em estreita colaboração com agentes e entidades culturais fixadas em território bracarense e com intervenção relevante na ação e no planeamento cultural concelhio;



- Uma das dimensões estratégicas da política cultural é orientada para a difusão do património cultural e do legado histórico, potenciando-os enquanto vetores de identidade cultural, e desenvolvimento cultural, social e económico sustentável;

- Neste contexto, assume particular relevância o papel desempenhado pelo Instituto de História e Arte Cristãs (IHAC), enquanto entidade detentora e dinamizadora de um património histórico, artístico, religioso e cultural de valor singular para a cidade e para a região;

- O Instituto de História e Arte Cristãs (IHAC), criado em fevereiro de 1989, pelo Arcebispo Primaz, Dom Eurico Dias Nogueira, afirma-se como uma entidade de referência no panorama cultural, patrimonial e religioso da cidade de Braga, desempenhando um papel primordial na preservação, salvaguarda e dinamização de um património cultural e artístico de reconhecido valor local, nacional e internacional;

- "A longa história e vivência religiosa da Arquidiocese de Braga fizeram acumular na sua área, cujas fronteiras se foram reduzindo ao longo dos séculos para dar lugar a novas Dioceses, uma enorme riqueza de documentos e objectos, edifícios e imagens de interesse histórico, artístico e arqueológico, que urge preservar e tornar conhecidos.

(...)

Importa lançar mão dos meios convenientes para não se deixarem perder ou deteriorar tais valores, salvaguardando-os e aproveitando-os para o crescimento cultural e melhor conhecimento da nossa história religiosa colectiva", In Decreto de Erecção.

- O Instituto tem como objetivo fundamental a preservação, conservação, restauro, estudo e promoção dos valores históricos, arqueológicos e artísticos, dando preferência aos que estão ligados ao Cristianismo, na área da Arquidiocese de Braga ou com ela relacionados.

- A sua missão assenta na valorização do património cultural, material e imaterial, na promoção da vivência cultural e religiosa e no reforço da identidade histórica da cidade, concretizando-se através da inventariação, recolha, organização, conservação, restauro, estudo e investigação do Arquivo Arquidiocesano de Braga e dos valores artísticos e arqueológicos que são património da Igreja Arquidiocesana de Braga. Ao mesmo tempo, colabora na conservação, enriquecimento e beneficiação dos Museus Pio XII e Medina. Desenvolve igualmente atividades culturais, exploradas e divulgadas através de publicações, exposições, conferências, congressos e outros. Oferece apoio ao Departamento de História da Igreja da Faculdade de Teologia da UCP, nomeadamente na realização de cursos de pós-graduação. Cooperar também com outras entidades afins, especialmente no âmbito da região onde se encontra implantado e iniciativas culturais e artísticas que promovem o conhecimento, a fruição cultural e a participação ativa da comunidade;

- A entidade assegura o desenvolvimento de uma atividade contínua e estruturante no panorama cultural bracarense, destacando-se a atividade do Museu Pio XII, o Arquivo Arquidiocesano, o Laboratório de Conservação e Restauro, a Comissão Arquidiocesana para o Bens Patrimoniais, assim como o Gabinete de Atividades Culturais, que impulsionam a promoção de iniciativas culturais complementares que contribuem eficazmente para a formação de públicos, para a valorização do património e para o fortalecimento da coesão cultural e social do território;

- Arquivo Diocesano de Braga é um dos mais ricos e antigos de Portugal, contendo séculos de história e documentação eclesiástica, social e política. A sua organização pelo IHAC não só impede a degradação de documentos cruciais, como os torna acessíveis a investigadores e ao público. Isto é vital para a preservação da memória coletiva da cidade e da região, funcionando como fonte primária para a compreensão da evolução de Braga ao longo dos séculos.

- O IHAC tem contribuído de forma decisiva para inventariação do Património da Arquidiocese de Braga. Este processo de inventariação tem propiciado um número considerável de publicações,



que tornam o património acessível ao público. A ação do IHAC permite conhecer o que existe, onde está e qual o seu estado de conservação, garantindo a sua proteção contra o extravio ou a degradação contribuindo para a salvaguarda do património material que define a identidade visual e histórica de Braga;

- Os Museus Pio XII e Medina asseguram que as coleções (que incluem arte sacra, arqueologia e a coleção de arte contemporânea de Ascensão Medina) sejam geridas profissionalmente, mantendo-se relevantes e atrativas para visitantes e turistas. Contribui diretamente para a oferta cultural da cidade e para a sua atração turística;

- Os Museus Pio XII e Medina desempenha um papel determinante na dinamização do ecossistema cultural local, através de uma programação diversificada que integra expressões religiosas, musicais e artísticas, contribuindo para a ampliação da oferta cultural da cidade, para a valorização dos bens patrimoniais e para a projeção cultural de Braga enquanto território de forte identidade histórica;

- O seu projeto cultural assume especial relevância no estímulo ao sector cultural e artístico concelhio, criando condições favoráveis à realização de práticas culturais que promovem o acesso à cultura, a valorização do património e o desenvolvimento de iniciativas artísticas em articulação com diferentes agentes culturais, públicos e privados;

- A entidade contribui ativamente para a promoção e valorização do património cultural de Braga. Este trabalho evidencia a cidade como um território rico em história, tradições e expressão artística, reforçando a identidade local e promovendo a consciência coletiva sobre a importância da proteção do património e da preservação da memória cultural.

- Importa ainda salientar que ambas as iniciativas promovidas pelo IHAC, nos seus Museus Pio XII e Medina assentam numa lógica de cooperação institucional, bem como a participação ativa da comunidade, reforçando os laços sociais, a coesão comunitária e o posicionamento de Braga enquanto cidade de forte identidade cultural e patrimonial.

- O IHAC é uma entidade parceira e ativa nas iniciativas culturais do Município de Braga, colaborando regularmente com diversas entidades públicas e privadas. Assume um papel relevante na concretização de projetos de interesse municipal, nomeadamente nas áreas do património e da valorização das tradições culturais.

- Neste enquadramento, o apoio municipal às atividades desenvolvidas pelo IHAC revela-se coerente com os objetivos estratégicos da política cultural do Município, contribuindo para a valorização do património cultural, para a dinamização da vida cultural da cidade e para o fortalecimento da atratividade cultural, turística e económica do território.

- O IHAC merece amplo reconhecimento por parte da comunidade, uma vez que prossegue fins que correspondem a interesses públicos relevantes, designadamente na salvaguarda do património cultural, na promoção da identidade local e no desenvolvimento cultural do território. Constitui-se como um parceiro estratégico de elevado valor para a Administração Pública.

- Com objetivos bem definidos e uma atuação consistente e coesa, o IHAC tem contribuído de forma relevante para a promoção cultural e patrimonial de Braga. Por isso, merece o apoio e reconhecimento da comunidade e das entidades públicas, afirmando-se como um aliado imprescindível na prossecução dos fins públicos no domínio da cultura e do património.»

5. Pelo exposto, é indubitável que, o IHAC merece, por estas razões, amplo reconhecimento por parte da comunidade, uma vez que os fins que prossegue correspondem a interesses públicos relevantes, designadamente **na promoção dos valores históricos, arqueológicos e**



artísticos, na salvaguarda do património cultural, na promoção da identidade local e no desenvolvimento cultural do Município, constituindo-se como um parceiro estratégico de elevado valor para a Administração Pública.

Mais se acrescenta que,

6. **O pedido formulado deu entrada neste Município a 23.12.2025**, constando do mesmo que *«O Instituto de História e Artes Cristãs (IHAC), tem de confirmar o interesse na manutenção do estatuto de utilidade pública até ao próximo dia 31 de dezembro de 2025, sob pena de operar a sua caducidade»*,
7. O que denota a necessidade de praticar o ato dentro do prazo mencionado, atendendo ao facto de nenhuma reunião do executivo poder ser realizada até prazo indicado.

ASSIM,

a) Considerando que a utilidade pública do IHAC é incontroversa e que preenche os requisitos previstos na Lei-quadro do Estatuto de Utilidade Pública, aprovada pela Lei n.º 36/2021, de 14 de junho, estando assim em condições de ser declarada como instituição de utilidade pública;

b) Considerando o ato praticado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, no dia 30.12.2025, ao abrigo do n.º 3, do artigo 35.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, **consubstanciado na emissão de parecer favorável para manutenção do Estatuto de Utilidade Pública do Instituto de História e Artes Cristãs**, pessoa coletiva n.º 505359863, com sede na Faculdade de Teologia de Braga, sita na Rua de Santa Margarida, na freguesia de S. Vítor, deste concelho, nos termos e para os efeitos previstos na alínea d), do n.º 1, do artigo 8.º, da Lei n.º 36/2021, de 14 de junho;

PROPÕE-SE QUE,

Ao abrigo do n.º 3, do artigo 35.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal ratifique o ato administrativo praticado no dia 30.12.2025.

Anexos:

1. Despacho exarado pelo Presidente da Câmara Municipal do dia 30.12.2025;
2. Requerimento apresentado pela interessada;
3. Estatutos do Instituto de História e Artes Cristãs;
4. Cartão de Pessoa Coletiva;
5. Provisão.



DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

